

Corregedoria Nacional quer explicações sobre norma do STJ sobre vestimenta

22/03/2024

O corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, determinou nesta quinta-feira (21/3) a instauração de pedido de providências para esclarecer quais foram os critérios usados para a elaboração da **Instrução Normativa 6/2024**, do Superior Tribunal de Justiça. A norma, publicada em fevereiro, dispõe sobre as vestimentas do corpo funcional, grupo de estudantes, público em geral e visitantes para acesso às dependências daquela corte. E proíbe alguns tipos de roupa, especificamente para o público feminino. A Presidência do STJ tem prazo de cinco dias para manifestação.

Ao justificar a decisão, o ministro Salomão citou resoluções do Conselho Nacional de Justiça relativas à igualdade de gênero, tratamento adequado, igualitário e paritário e discriminação contra a mulher. “A partir da análise da norma, verifica-se possível inobservância a tais normativos e diretrizes em seus efeitos, uma vez que especificações alusivas a roupas e outros trajes — como, por exemplo, blusas sem mangas e cropeds — são utilizadas como meio de abordagem e possível constrangimento ligados ao gênero feminino”, argumentou o corregedor.

Além de fazer referência à Resolução 255, de 2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, e à Resolução 525, de 2023, que dispõe sobre ação afirmativa de gênero para acesso das magistradas aos tribunais de segundo grau, Salomão destacou na decisão o objetivo 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, que traça como meta o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

“A indicação de expressões demasiadamente abertas e com grau de subjetividade parecem extrapolar o que seria necessário ao poder de polícia, podendo levar a situações de impedimento ao acesso às dependências do tribunal não previstas ou condizentes com os parâmetros normativos ditados pelo CNJ”, escreveu o corregedor. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-22/norma-sobre-roupas-no-stj-preocupa-corregedoria-com-relacao-a-igualdade-de-genero/>

